



A EXPANSÃO DA SOJICULTURA E O USO DA TERRA NO ALTO GUAPORÉ MATO-GROSSENSE

Paulo Daniel Curti de Almeida¹

João Cleps Junior²

INTRODUÇÃO

Ao longo de cerca de cinco séculos, cunhou-se em nossa sociedade um modelo de estrutura fundiária que, marcadamente, vilipendiou o nosso efetivo desenvolvimento e logrou êxito aos interesses da classe detentora do poder, em prejuízo dos desapossados. Essa engrenagem tem um custo elevado para o conjunto geral, mas, ao mesmo tempo, é extremamente benéfica para a manutenção do *status quo* oligárquico-latifundiário, sustentado por regimes empregados conforme o seu interesse e alicerçado na máxima “algo deve mudar para que tudo continue como está³” ou, ainda, na “modernização conservadora” (GUIMARÃES, 1977).

Com a intenção de apontar a perpetuação da estrutura fundiária concentradora no Brasil e, principalmente, em Mato Grosso, buscou-se em Borges (1991) elementos consistentes à tratativa. Na obra, o autor retrata a conjuntura econômica mato-grossense situada entre as décadas de 1870 e 1930, centrada na pecuária bovina e no extrativismo. Ele afirma que, naquele período, sustentando-se em Corrêa Filho (1946), que aponta para as consideráveis extensões das fazendas pantaneiras.

Já foi indicada anteriormente a presença de grandes propriedades rurais em Mato Grosso, em especial aquelas pertencentes a empresas estrangeiras. Naqueles dados (de 1909, acréscimo nosso) registraram-se várias fazendas com mais de 100 mil hectares, atingindo uma parte delas quase 900 mil hectares (fazenda Descalvado, proximidades do rio Jauru, com área de 864.000 hectares e registro de 200.000 cabeças de gado bovino, acréscimo nosso). Tratavam-se evidentemente das maiores propriedades no Estado. No entanto, ao observar os dados do censo de 1920, esta impressão de elevada concentração da propriedade da terra se mantém (...) (BORGES, *op. cit.*, 107-8).

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO); Universidade Federal de Uberlândia (UFU); Linha de Pesquisa Dinâmicas Territoriais; e-mail: kurti.paulo@gmail.com

² Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO); coordenador do Laboratório de Geografia Agrária-LAGEA; Universidade Federal de Uberlândia (UFU); e-mail: jcleps@ufu.br

³ Expressão do pensador italiano Giuseppe Tomasi di Lampedusa (1896-1957) sobre a decadência dos nobres na Itália.



Tendo como base os dados censitários de 1920, Borges (1991) fez um paralelo entre a configuração da estrutura fundiária brasileira e a mato-grossense e considerou um extenso contraste entre elas, visto que para o País as propriedades com menos de 101 hectares eram mais de 70% do total dos estabelecimentos rurais, enquanto em Mato Grosso, elas corresponderam a menos de 20% do total. Ou seja, para um país com elevada concentração fundiária, existem unidades de federação, emblematicamente Mato Grosso, que alavancam ainda mais a conjuntura fundiária caótica. Não é por acaso que, com tal conjuntura (a fundiária é somente uma entre várias), atividades como a pecuária bovina extensiva e a sojicultura encontraram “solo fértil” para expansões “ilimitadas”.

A configuração da estrutura fundiária guaporena tem por ponto de partida, grosso modo, o final da década de 1950 até alcançar o presente, frente à expansão da sojicultura. Serão realizadas correlações em diferentes escalas geográficas (nacional, estadual e regional), mas, seguro, de que “o Brasil é o paraíso do latifúndio, da terra de exploração” (SILVA, 2001, p. 61).

Prado Jr. (1979) revela as engrenagens (intenções, estratégias, atores etc.) que moldaram a considerável concentração da estrutura fundiária brasileira. Sem aprofundar demasiado na questão, mas certo de que é necessário retornar ao passado para interpretar o presente, postulase, com o autor citado, que a melhor ou pior conjuntura agrária brasileira, conforme as grandes regiões, foi resultado da configuração da socioeconomia brasileira.

Assim, utilizando-se dois expoentes, questiona-se? Por que a região Sul é mais “desenvolvida” que a Nordeste? Um indicativo para tal quadro diz respeito, exatamente, a como foram empregadas a forma de exploração da terra, as relações de trabalho e, principalmente, o acesso à terra, visto que, em partes dos atuais estados sulistas, esse último elemento correu de forma menos embaraçosa: “esse é um fato histórico, pois, salvo nas regiões coloniais do Espírito Santo e do extremo sul, a grande propriedade precedeu sempre a pequena, que surgiu como fato posterior e como consequência da divisão daquela propriedade” (p. 54).

Essa conjuntura descrita e consideravelmente ampliada na obra de Caio Prado Júnior, permite-nos considerar que o Brasil esteve, por diversas vezes, na encruzilhada do desenvolvimento amplo e do atraso e, jamais, optou exaustivamente pela primeira. Em raras ocasiões e de maneira esparsa, optou-se por ela, como a introdução de imigrantes em colônias no Sul. Isso é um indicativo de que o quadro poderia ter sido moldado com outras ferramentas. Mas, desde a implantação das sesmarias, pela imposição da Lei de Terras e, mais recentemente, com a ideologia “integrar para não entregar”, todos os caminhos buscaram, sem dúvida, a



perpetuação do latifúndio, que, mesmo com políticas de reforma agrária recentes, segue em marcha.

Nesse contexto, pode-se afirmar que o estado de Mato Grosso, principalmente a partir da década de 1940 e até quando teve terras disponíveis sob sua guarda e amparo constitucional, seguiu percurso semelhante de favorecimento à instituição do latifúndio, ou seja, a grande propriedade. Ferreira (1984, p. 91) advoga que “as políticas estaduais mato-grossenses, relativas à questão agrária, nada acrescentaram às políticas federais” e ainda, as decisões governamentais sobre a questão agrária em Mato Grosso concentraram mais incisivamente no início da década de 1950, quando o estado abriu plenamente as portas de acesso à terra através da sua venda e, dessa forma, gestou-se uma “nova história” que fortaleceu a estrutura agrária da “velha história”, ou seja, o latifúndio improdutivo. Observe-se que não se quer afirmar que anteriormente em Mato Grosso o quadro era diferente, que, conforme indicado por Borges (1991), já havia o forte predomínio das grandes propriedades. Apenas está se apontando para a oportunidade de escolher entre dois caminhos naquele período decisivo (décadas de 1940 e 1950).

Em relação à configuração da estrutura fundiária guaporena, alguns eventos importantes, mas considerados secundários frente àqueles que surgiram a partir da década de 1970: Marcha para o Oeste, construção de Brasília e a implantação de rodovias federais (BR-174 e BR-364).

Martins; Passos (1989) consideram que o início do povoamento “recente” na região forjou-se a partir do final dos anos 1950 e durante a década de 1960. Eles colocam que a Companhia Comercial de Terras Sul do Brasil adquiriu terras no atual município de Jauru em 1954 e, em 1955, recebeu a concessão do Estado para colonizar outras glebas nas proximidades. Posteriormente, a companhia loteou-as em pequenas propriedades e vendeu-as para compradores oriundos de São Paulo, Minas Gerais (área do Contestado), sendo que esse processo ocorreu entre 1963 e 1970. Eles apontam ainda que propriedades de grande porte foram adquiridas por capitalistas provenientes de São Paulo e, em alguns casos, deixadas como reserva de valor. Por volta de 1970, com aspectos diferentes dos primeiros loteamentos em Jauru, a companhia começou a lotear e vender outra grande gleba de 484.000 hectares no atual município de Pontes e Lacerda, com lotes maiores (cerca de 25.000 hectares), sendo que mais ou menos metade da gleba não chegou a ser vendida. Assim, posseiros provenientes de São Paulo, Minas Gerais ou aqueles com passagem por municípios próximos, como Jauru,



ocuparam várias áreas em Pontes e Lacerda e, do “choque” entre as frentes pioneiras e as frentes de expansão, configurou-se intenso conflito regional em busca da posse da terra.

Nesse tempo, os primeiros embates ocorreram, porém, foram dissipados, visto que, como ponto de partida, o grande capital agropecuário necessitou da presença do posseiro como mão de obra barata para as tarefas de derrubadas de matas e formação de pastagens. Sua condição de descapitalizado orquestrou uma convivência inicial “pacífica”, visto que, não conseguindo tirar o sustento familiar apenas de sua posse, tornou-se obrigado a vender sua força de trabalho nos grandes projetos agropecuários. Ali, as situações conflituosas foram amenizadas também, pois, após a derrubada da mata, o latifundiário permitia ao trabalhador rural o cultivo de pequenas roças de arroz, milho e feijão.

Grosso modo, os litígios (enfrentamentos) no Alto Guaporé mato-grossense dizem respeito à transição que, eloquentemente, Martins (1981) chamou de frente de expansão e frente pioneira, sendo que, na frente de expansão, o personagem característico é o posseiro e nela engendra-se o trabalho familiar, sendo o excedente produzido eventualmente transformado em mercadoria, enquanto, na frente pioneira, o ator principal é o proprietário capitalista, sob o domínio do capital e da mercadoria voltados ao circuito comercial. Nesse contexto, a conflitualidade se configura, pois “a derrubada da mata nestas frentes exige mão de obra numerosa, porém, quando as pastagens estão formadas, passa a haver um excesso de mão de obra e o trabalhador é expulso” (p. 116). Considera-se que o posseiro executa a função de “amansar a terra”, seguido à inserção dela no circuito do capital.

A perspectiva apontada acima encontra amparo na noção de conflitualidade de Fernandes (2005). Ele afirma que a questão agrária sempre se relacionou com os conflitos por terra, gerando enfrentamento, ou o momento do conflito. Esse não pode ser percebido de modo deslocado, mas em movimento, gestando daí a conflitualidade: “é um processo constante alimentado pelas contradições e desigualdades do capitalismo. O movimento da conflitualidade é paradoxal ao promover, concomitantemente, a territorialização, desterritorialização e reterritorialização de diferentes relações sociais” (*op. cit.*, p. 2).

A partir principalmente da década de 1970, por meio das ações dos governos militares, um novo capítulo foi adicionado à configuração agrária, sendo Mato Grosso a base para as mesmas. A ideia de deslocar “os homens sem-terra para as terras sem homens” foi infrutífera na resolução desse grave problema, pois uma parte considerável daqueles que foram em busca do “eldorado” não o conseguiram, visto que a quantidade de terras disponibilizadas no estado de Mato Grosso e no Território Federal de Rondônia foi insuficiente para essa finalidade e, do



outro lado, o maior objetivo da ação estatal centrava-se em atender a pauta do grande capital internacional e do Centro-Sul brasileiro (grandes áreas de terra, projetos agropecuários e minerais e incentivos fiscais). Martins; Passos (1989, p. 55) adicionam que

As consequências foram, muitas vezes, funestas por várias razões. Nem sempre a eficácia desses empreendimentos produziu os frutos esperados visto que a devastação de milhares de hectares de florestas só trouxe benefícios à concentração da propriedade nas mãos desses poucos novos capitalistas. Como estes projetos foram localizados em áreas onde já existiam famílias e mais famílias de posseiros que aí sobreviviam do seu trabalho, o resultado foi o conflito. Tal situação permitiu que a prática da grilagem fosse feita de forma ostensiva.

Julga-se importante regressar ao problema da histórica concentração fundiária brasileira. Novamente, a região Nordeste sustentou o maior ônus. Por quê? Por conta de milhões de excluídos da posse da terra e da grande incidência de minifúndios naquela região, aqueles que partiram na perseguição do sonho de acesso à terra, a condição de descapitalizados era desproporcional, por exemplo, aos sulistas. Estes também se depararam com a minifundização⁴. Entretanto, relativamente capitalizados com a venda de suas propriedades, dispunham de melhores condições de aquisição de terras na fronteira agrícola em formação, como também dispunham de maior capacidade de suportar, por certo período, as agruras que cruzavam seus caminhos (falta de infraestrutura, investimentos iniciais etc.). Além dos mais, o governo federal e as colonizadoras privadas, privilegiaram tais atores, em oposição aos nordestinos principalmente, visto o relativo capital de que dispunham e, para os interesses dos atores responsáveis pela colonização (oficial e privada), a vocação sulista entremeada ao processo.

Nessa perspectiva, Ferreira (1984, p. 56) confirma que

Em Mato Grosso, a trajetória da política agrária retrata e palmilha o caminho traçado pela instância federal em matéria de ocupação e exploração da terra. Medidas paliativas são colocadas a serviço de minifundiários, cujos resultados se apresentam insatisfatórios para a classe trabalhadora rural; multiplicam-se os favores aos latifundiários, fazendeiros e empresários.

Dessa forma, os trágicos precedentes no que diz respeito aos conflitos pela posse da terra, principalmente no final da década de 1970 e ao longo da década de 1980, foram concretizados. Em diversas partes dos “espaços vazios” que foram ocupados pela política de colonização do governo federal e de governos estaduais, elas não escaparam, como no caso do recorte espacial denominado por Martins; Passos (1989) por cabeceira do rio Guaporé, ou, para

⁴ Esse processo, naquele contexto, ocorreu principalmente por conta das metamorfoses nos núcleos familiares, que, por conta da ampliação do número de membros, gerava a necessidade do parcelamento das (pequenas) propriedades. Deve-se considerar ainda que havia uma proporção significativa de população rural e, no caso do Rio Grande do Sul principalmente, a expansão do cultivo da soja estava em curso, em busca de novas áreas.



esta pesquisa, Alto Guaporé mato-grossense. Ferreira (1984) advertiu que a microrregião Alto Guaporé, em conjunto com a Norte Mato-Grossense, abrigava quase 80% das famílias posseiras de Mato Grosso e, por isso, registraram 97 áreas de litígio.

Barrozo (2008) corrobora as ocorrências e causas dos conflitos formados nos vales dos rios Jauru e Guaporé. Ele descreve que, ali, até meados dos anos 60, havia apenas dois municípios, Cáceres e Vila Bela da Santíssima Trindade. Por conta da abertura da rodovia que liga Cuiabá a Porto Velho, via vale do Guaporé, empresários e grupos de agricultores familiares deslocaram-se expressivamente para a região e ocuparam o território do povo Nhambikuara, tal como terras devolutas. Por conta disso, ao longo das décadas de 1970 e 1980, aconteceram disputas hostis pela apropriação daquelas terras.

Retorna-se a Martins; Passos (1989), pois eles apontam um horizonte importante para o quadro de dissipação dos conflitos pela posse da terra datados do início da década de 1970, que não foi mais possível, colocando os posseiros em condição ainda mais desvantajosa, pois depois que as pastagens estavam formadas toda a mão-de-obra era expulsa da propriedade e, sem o direito de trabalhar e cultivar para a sua sobrevivência, a saída era ocupar as fazendas que permaneciam cobertas de matas, que seus proprietários reservavam para fins de especulação imobiliária. Assim, donos de terras e trabalhadores rurais (posseiros), com interesses distintos, mas em busca da mesma terra, resultaram, conforme os autores citados, quase sempre em confronto, em um total de cerca de duas dezenas de glebas e fazendas⁵ transformando-se em cenários desses conflitos, principalmente ao longo da década de 1980.

Da totalidade dos confrontos entre posseiros e latifúndio improdutivo no interflúvio dos rios Guaporé e Jauru, dois foram analisados: Puhl (2008) investigou a gleba São Domingos, no município de Pontes e Lacerda e Leite (2008) e Mello (2008) analisaram os conflitos agrários na gleba Mirassolzinho, no município de Jauru.

Puhl (2008) traz luz ao processo de ocupação da área citada, situando o início dela, que, conforme apontado, ocorreu de meados até o final de 1979, chegando ao ano de 1980, com centenas de posseiros estabelecidos. Ademais, descreve a origem e a mobilidade de alguns posseiros. Duas questões são julgadas importantes: a primeira, sobre especialmente a

⁵ Gleba Scattolin, 1973; Gleba Pindaituba, 1978; Cerro Azul, 1980; Fazenda Estiva, 1980; Gleba Coronel Ari, 1980; Gleba Córrego da Onça, 1980; Agropecuária Rio Alegre, 1980; Gleba São Domingos, 1981; Colônia Paranaense, 1983; Gleba Bananal, 1984; Fazenda Big Vale, 1985; Fazenda Junqueira, 1985/86; Fazenda Palmar, 1985; Gleba Cágados, 1985; Gleba Funai ou Sararé, 1985; Agropecuária Mirassolzinho, 1984/86; Fazenda F. Barreto, 1986 e Fazenda Geraldelli, 1986 (MARTINS; PASSOS, 1989).



consequência indireta das ações varguistas que repercutiram no sudoeste mato-grossense: “focalizando a família do (...), verifica-se que ela se deslocou para Dourados, em Mato Grosso uno, em 1965, atraída pelas terras da Colônia Agrícola Nacional no Sul do Estado, propagadas pela simbólica Marcha para o Oeste, (...)” (p. 311). O segundo ponto considerado relevante envolve-se com a crise agrária nordestina e respectiva correlação com o deslocamento à procura de terra, pois “vários relatos indicam que a origem da maioria dos homens que ocupavam e exerciam liderança entre os posseiros no Vale do Guaporé era proveniente do Nordeste do Brasil, dentre os quais se destacavam os baianos” (*op. cit.*, p. 301).

Diferente dos intensos conflitos entre posseiros x latifundiários travados na gleba Mirassolzinho, como será apontado a seguir, na gleba São Domingos não existiram embates primários entre tais atores, sendo que a mesma foi desapropriada em 1983, por meio do decreto presidencial Nº 68.280 de 04 de maio de 1983, para fins de reforma agrária. Ressalta-se que, exclusive o registro de violência, há de se destacar a luta contínua pela terra por parte dos posseiros e o medo constante que os cercava, as estratégias assumidas pelas lideranças da ocupação frente ao aparato hegemônico enfrentado, o apoio de instituições, principalmente os sindicatos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais do município de Pontes e Lacerda e proximidades (PUHL, 2008).

No que diz respeito à gleba Mirassolzinho, o enredo que se configurou a partir da sua ocupação no início da década de 1980 até a criação do assentamento Mirassolzinho em 1987 foi diferente do da gleba São Domingos, pois foram registrados algumas dezenas de assassinatos contra posseiros por parte de jagunços ao arbítrio da Agropecuária Mirassol S/A, assim como a morte de jagunços, pistoleiros e policiais. Leite (2008, p. 252) aponta “indícios de que, só no ano de 1986, cerca de 15 camponeses foram assassinados em função do conflito pela posse da terra naquela área. Computados os mortos anteriormente, chega a mais de duas dezenas o número de baixas de camponeses em Mirassolzinho”.

Considera-se que, para a configuração desse conflito, assim como outros nas proximidades e na porção ocidental do território brasileiro, a estratégia, por parte do Estado brasileiro, que, de maneira atordoada, (olhando-se para populações indígenas, posseiros, ribeirinhos etc.) não criou mecanismos para organizar o processo de ocupação. Sabe-se que o desejo daquele ato, por parte dos governos militares, perpassava por outras estratégias. Leite (2008) aponta, de forma tácita, assim como Barrozo (2008), para as causas e os efeitos que, secundariamente, levaram à deflagração do conflito apontado.



O município de Jauru - incluindo aí a Agropecuária Mirassol S/A - está localizado em uma área onde eclodiram vários conflitos sociais, com destaque para aqueles pela disputa pela terra. Tais conflitos se intensificaram a partir da segunda metade da década de 1970, com a expansão das atividades econômicas - especialmente aquelas voltadas para a pecuária - que se intensificaram no Sudoeste de Mato Grosso com a abertura das BRs 070 e 174, ligando Cuiabá a Porto Velho, passando ao longo da linha da fronteira com a Bolívia. Outro fator que contribuiu foram os incentivos fiscais disponibilizados pelo estado brasileiro visando atrair o capital do Centro-Sul para a região Amazônica. Assim, juntamente com a empresa agropecuária, também vieram produtores familiares do Centro-Sul e Nordeste do país, que passaram a disputar o chamado “espaço vazio” da região (LEITE, 2008, p. 235).

Cabe destacar que as dezenas de assassinatos em decorrência do conflito, conforme informado, parecem inexpressivas frente à inércia daqueles que, de fato, deveriam agilizar a resolução do conflito. Mas, como sabido, essa conjuntura relapsa e o desprezo pela vida, nesse caso de camponeses, é a engrenagem que o capital, que no seio de suas contradições, alcança mecanismos de sustentação e de expansão.

Outrossim, a ação via denúncias, preparação de dossiês e outros meios, com destaque para a Comissão Pastoral da Terra (CPT, Mato Grosso), o Sindicato Rural dos Trabalhadores e Trabalhadoras de Jauru e a Federação dos Trabalhadores da Agricultura (FETAGRI, Mato Grosso), que assistiram aos posseiros de maneira decisiva, para a transformação da área requerida, por meio de compra em 1987 e criação de projeto de assentamento em 1988 (LEITE, 2008). Sobre o processo de compra da área convertida em assentamento, Martins; Passos (1989, p. 59) levantaram um elemento recorrente no que diz respeito a esse estatuto:

(...) tais desapropriações deixam muito a desejar. Não pelo fato da desapropriação e doação dos lotes, mas pelo valor que está sendo pago aos antigos proprietários das glebas. Em julho de 1987, a Agropecuária Mirassol S/A, no município de Jauru foi desapropriada por um preço mais elevado que os preços correntes do mercado imobiliário da região. (...). Assim, mesmo a terra passando a ter um valor de uso para o posseiro, agora proprietário legal, não deixou de ter sido usada como reserva de valor pelo latifundiário que a tinha adquirido (...) em 1967.

A “limitação” de terras e, com isso, a rarefação de áreas para o desmatamento e o respectivo plantio de pastagens, tripé que embasou a dinâmica de ocupação do Alto Guaporé mato-grossense ao final da década de 1970 e ao longo da de 1980, conforme já mencionado, pode ser considerado um ancoradouro para um apaziguamento nos inúmeros e graves conflitos naquela região.

Tendo por base a argumentação construída anteriormente, afirma-se que a **justificativa** da pesquisa é estruturar elementos que reportem ao questionamento: em qual contexto, em relação ao uso da terra e estrutura fundiária, a produção de soja vem se expandido pelo Alto



Guaporé mato-grossense? O **objetivo geral** da discussão é analisar a configuração da estrutura fundiária guaporeana em curso frente à expansão da soja.

METODOLOGIA

Para responder ao questionamento e objetivo apresentados, os **recursos metodológicos** empregados foram: pesquisa bibliográfica, uso de dados secundários dos censos agropecuários de 2006 e 2017, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2006; IBGE, 2017a; IBGE, 2017b), trabalho de campo e aplicação de uma entrevista semi-estruturada.

Gil (2008, p. 50) afirma que a pesquisa bibliográfica “é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” e sua relevante serventia “reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente” (*op. cit.*). Em relação aos dados secundários, também denominados fontes secundárias, são os originados de material já tratado e/ou analisado por outros (FARIAS FILHO; ARRUDA FILHO, 2013).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esse processo, tratado como o esgotamento (fechamento da fronteira agrícola que se forjou), é usual na ciência geográfica, tratado como (des)apropriação de território, no cerne dos embates entre as frentes de expansão e pioneira, quando a segunda (detentora de capital e poder(es)) se sobressai e, para os atores da primeira, para aqueles que com suas estratégias ainda não tiveram êxito no acesso à terra e, “derrotados”, construíram outras estratégias de sobrevivência: migrar (para a cidade ou para uma nova fronteira agrícola) ou lutar pelo acesso à terra (principalmente de maneira coletiva).

Graziano da Silva (1981) aborda algumas perspectivas para a fronteira agrícola e situa esse processo para a sua compressão

Quando dizemos que a fronteira está se fechando rapidamente, não estamos pensando no conceito clássico de que não há mais terras para serem incorporadas ao processo de produção. O "fechamento" não tem o sentido de utilização produtiva do solo, mas sim de que não há mais espaços que possam ser ocupados por pequenos produtores de subsistência (são esses espaços que estamos chamando de "terras-sem-dono") p. 46-7.

Outro elemento que pode ter contribuído para o arrefecimento dos conflitos agrários regionais diz respeito à criação de projetos de assentamentos rurais (PAs) por parte do INCRA.



Para dar voz a essa ação, é importante inserir essa peça em um arcabouço mais amplo: o esgotamento da ditadura militar em 1985 e a “abertura” democrática, culminando com a aprovação da nova Constituição Federal em 1988. Na primeira metade da década de 1980, com o esvaziamento do regime imposto em 1964, a reforma agrária ganhou maior audiência na sociedade brasileira, com a criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

A Igreja Católica, no âmbito da Teologia da Libertação, por meio de entidades anexas criadas pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), sendo o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a Comissão de Justiça e Paz (CJP), foi alavanca para alcançar uma outra percepção de sociedade possível. Ela, inclusive, fomentou a criação do MST, assim como outros movimentos sociais que, no campo e na cidade, deram maior amplitude aos “eternos” excluídos pelo sistema vigente.

É nessa perspectiva que pode ser situado o “apaziguamento” dos conflitos guaporeanos pela posse da terra. Na segunda metade da década de 1980, entre 1986 e 1988, foram criados 6 PAs na região e, ao longo das décadas seguintes, foram criadas mais de duas dezenas deles, com ápice de 18 PAs ao longo da década de 1990. Conforme os dados disponibilizados pelo INCRA (tabela 1), tem-se atualmente um total de 34 assentamentos na região guaporeana. Na tabela foram incluídos os três PAs territorializados no município de Jauru, ao ser referenciado anteriormente sobre o intenso conflito nas terras da Agropecuária Mirassol S/A, que, após processo de compra pelo estado brasileiro, suas terras foram convertidas no PA Mirassolzinho. Segundo os dados apresentados a seguir, a capacidade total dos PAs informados é de cerca de 6.000 famílias, numa área aproximada de 350.000 hectares.

Com a consolidação do processo de “fechamento” da fronteira oeste, considera-se que foram criadas as condições para o capital regional avançar na direção da sistematização de outro processo e respectivas implicações, a expansão da pecuária bovina (principalmente de corte e secundariamente a de leite). Ao longo da década de 1990 e 2000, ela foi o “centro dinâmico” da economia rural daquela região, com outras atividades como a extração de madeira, que ano após ano perdeu importância.

Grosso modo, o município de Comodoro vivenciou evolução diferente, visto que a soja avançou prematuramente, em relação aos demais municípios guaporeanos, naquele espaço via influência dos municípios próximos conectados via BR-364 (Sapezal, Campo Novo dos Parecis e Campos de Júlio), sendo que em 1996, ele registrou uma área cultivada de 69.000 ha, com retração e posterior retomada, quando em 2005, alcançou 40.000 ha cultivados e adiante,



sustentou crescimento constante (exceto 2007, 2009, 2014 e 2017 com leve retração quanto ao ano anterior).

Tabela 1: Projetos de Assentamentos (PAs) criados no Alto Guaporé mato-grossense e Jauru

Município	Nome (PA)	Área (ha)	Lotes	Ano de Criação
Comodoro	Nova Alvorada	7.870	123	17/12/1986
	Noroagro	16.008	280	11/07/1991
	Miranda Estância	18.402	330	27/02/1992
	Granja	3.528	117	23/02/1995
	Colônia dos Mineiros	5.284	100	02/12/1996
	Cabixi	6.700	55	19/12/1995
	Macuco	6.162	220	19/03/1996
Conquista D'oeste	Nova Conquista	13.936	398	14/12/1995
Nova Lacerda	Sararé	18.131	266	11/12/1986
	São Judas	7.056	180	02/10/2006
	Santa Elina	7.643	174	18/12/2007
Pontes e Lacerda	1.500 Alqueires	3.630	78	11/12/1986
	Coronel Ari	7.500	200	01/04/1987
	Córrego da Onça	1.578	82	27/11/1995
	Rio Alegre	12.506	392	10/05/1996
	Triunfo	11.500	321	10/02/2000
	Lagoa Rica	1.996	40	10/02/2000
	Renascer - I	91.581	48	15/12/2003
	Alegre	1.150	7	28/11/2004
	Barra Do Marco	807	91	15/08/2007
	Barra Do Marco II	60	14	19/03/2012
	Vale de São Domingos	Aerorrancho	7.327	155
Vila Bela da Ss. Trindade	Lourival D'Abic	1.210	110	28/05/2005
	Formosa	13.327	241	28/05/1987
	Santa Helena	16.447	180	19/03/1996
	Morrinho do Tarumã	363	33	24/09/1996
	Bocaina	300	18	08/01/1997
	São Sebastião	500	14	17/06/1997
	Seringal	6.422	240	24/10/1997
	Ritinha	5.575	132	20/11/1997
	Guaporé	14.380	180	28/11/2001
	Marumbi	5.331	86	25/09/2006
	São Pedro/Cambara	7.432	81	03/11/2006
	Miura	2.579	69	15/08/2007
	Jauru	Mirassolzinho	20.488	732
Mirassolzinho II		2.050	71	19/12/1995
Corgão		5.002	160	27/11/1995
Total	37	351.761	6.018	-

Fonte: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA disponível em: <<https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentosgeral.pdf>>. Acesso em: 09. jan. 2025.



Na região guaporeana, considera-se que alguns elementos foram responsáveis pela transição do processo de retração da pecuária para a expansão da cultura da soja, a partir da década de 2010 (observar que a pecuária bovina não perdeu volume, mas vem sendo remodelada e “concorrendo” com a sojicultura principalmente por sistemas de integração): degradação de pastagens e velocidade de circulação do capital.

Outro elemento que não pode escapar à análise em questão diz respeito à elevação do preço internacional das commodities agrícolas, mormente a soja, a partir do início deste século. Gomes Moreira; Conterato; Matte (2019) analisaram o processo de despecuarização frente à agriculturização e as respectivas transformações produtivas e mudanças no uso da terra no bioma Pampa e consideraram que as transformações observadas na dieta de proteínas dos países asiáticos e exigências sanitárias para a carne bovina na Europa causaram a queda nos preços globais da carne bovina e, conseqüentemente, geraram aumento na demanda por proteína vegetal e para alta dos preços da soja. Pode-se sustentar, por meio dessa correlação, que não somente o pampa brasileiro, mas a região guaporena, assim como outras porções do território brasileiro, foram, direta e/ou indiretamente, motivados por esse processo.

Considera-se que, na transição da pecuária bovina para a soja em curso no Alto Guaporé e usando, para efeitos comparativos, os dados dos dois últimos censos agropecuários sobre as características dos estabelecimentos agropecuários regionais, busca-se observar a dinâmica fundiária, conforme os dados das tabelas 2 e 3. Nelas são apontados o total de estabelecimentos agropecuários e suas áreas nos seis municípios que compõem o recorte de análise.

Observa-se que certos elementos, não pormenorizados aqui, incidem para a variação das características dos estabelecimentos conforme os itens apontados nas tabelas (quantidade e área): criação de projetos de assentamentos, “regularização” de terras indígenas, criação de unidades de conservação etc. Entre os dois censos, existem registros da criação de PAs e diferentes procedimentos no sentido de regularização de terras indígenas, exemplo a Terra Indígena Paukalirajausu, nos municípios de Nova Lacerda e Vila Bela da Santíssima Trindade, delimitada pelo despacho N.º 49, de 28 de setembro de 2010. Individualmente, alguns pontos a serem destacados sobre o comportamento dos estabelecimentos agropecuários guaporeanos.

Em relação à Comodoro, é o que detém maior área territorial e um destaque central é que cerca de 60% da sua área encontra-se vinculada a terras indígenas, com forte presença territorial e cultural. Lá, manteve-se praticamente o número total de estabelecimentos, mas observou-se uma diminuição da área total deles, regredindo de 566.693 hectares em 2006 para 516.908 em 2017. Diversas alterações foram observadas nos “Grupos de área total”, mas duas



chamam exatamente a atenção, visto que, possivelmente impactaram, positiva ou negativamente, nos demais grupos: foram observadas no “Grupos de área total”: “De 1.000 a menos de 2.500 ha” teve ampliação significativa, tanto do número quanto da área dos estabelecimentos, enquanto no “De 2.500 ha e mais” (incluído aí “De 10.000 ha e mais”), foi observada redução na área total ocupada. Esse último quadro não deve ser visto como um ponto totalmente positivo, visto que, conforme o Censo de 2017, somente os 13 estabelecimentos agropecuários comodorenses “De 10.000 ha e mais” ocupam mais de um terço da área de 516.908 hectares informada.

Tabela 2: Número e área dos estabelecimentos dos municípios do Alto Guaporé – 2006 e 2017

Município	Número de estabelecimentos			Área (ha)	
	Grupos de área total	2006	2017	2006	2017
Comodoro	De 0 a menos de 100 ha	971	941	31.792	30.466
	De 100 a menos de 200 ha	70	90	9.053	12.040
	De 200 a menos de 500 ha	37	59	11.869	18.588
	De 500 a menos de 1.000 ha	27	26	19.582	19.067
	De 1.000 a menos de 2.500 ha	27	44	37.960	65.727
	De 2.500 ha e mais	36	25	456.436	147.281
	De 10.000 ha e mais	*	13	*	223.738
	Produtor sem área	17	9	0	0
	Total	1.189	1.207	566.693	516.908
Conquista D'Oeste	De 0 a menos de 100 ha	200	146	6.814	5.710
	De 100 a menos de 200 ha	25	23	3.113	3.033
	De 200 a menos de 500 ha	17	16	5.779	4.550
	De 500 a menos de 1.000 ha	3	5	1.932	3.649
	De 1.000 a menos de 2.500 ha	4	2	6.544	0
	De 2.500 ha e mais	11	6	183.469	28.416
	De 10.000 ha e mais	*	3	*	53.833
	Produtor sem área	1	3	0	0
	Total	261	204	207.653	101.742
Vila Bela da Ss. Trindade	De 0 a menos de 100 ha	899	971	34.583	38.071
	De 100 a menos de 200 ha	142	178	18.409	22.875
	De 200 a menos de 500 ha	97	131	30.859	40.975
	De 500 a menos de 1.000 ha	51	82	36.128	62.395
	De 1.000 a menos de 2.500 ha	67	72	111.980	118.260
	De 2.500 ha e mais	74	57	1.009.775	285.912
	De 10.000 ha e mais	*	30	*	455.179
	Produtor sem área	4	0	0	0
	Total	1.334	1.521	1.241.735	1.023.684
Nova Lacerda	De 0 a menos de 100 ha	193	484	7.211	17.238
	De 100 a menos de 200 ha	56	55	7.345	7.184
	De 200 a menos de 500 ha	45	46	13.701	13.454
	De 500 a menos de 1.000 ha	28	23	19.783	16.136
	De 1.000 a menos de 2.500 ha	23	28	31.585	42.735
				continua ...	



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-BONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

	De 2.500 ha e mais	33	15	293.988	76.450
	De 10.000 ha e mais	*	8	*	133.827
	Total	378	659	373.616	307.040
Pontes e Lacerda	De 0 a menos de 100 ha	842	874	28.243	27.663
	De 100 a menos de 200 ha	135	134	18.914	18.032
	De 200 a menos de 500 ha	108	121	35.209	38.712
	De 500 a menos de 1.000 ha	54	60	38.997	44.997
	De 1.000 a menos de 2.500 ha	50	60	81.756	99.993
	De 2.500 ha e mais	48	41	356.382	191.139
	De 10.000 ha e mais	*	12	*	215.791
	Produtor sem área	4	0	0	0
	Total	1.241	1.302	559.502	636.328
Vale de São Domingos	De 0 a menos de 100 ha	386	381	14.399	16.363
	De 100 a menos de 200 ha	48	67	6.793	8.735
	De 200 a menos de 500 ha	18	32	5.797	8.762
	De 500 a menos de 1.000 ha	5	6	3.486	3.419
	De 1.000 a menos de 2.500 ha	1	1	0	0
	De 2.500 ha e mais	6	5	81.305	20.879
	De 10.000 ha e mais	*	2	*	0
		Total	464	495	114.189

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 2006/2017, disponível respectivamente em: < <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/837>> e < <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6880>>. Acesso em: 09. jan. 2025. Observação: para * considerar que no Censo Agropecuário de 2006 não havia o “grupo de área total” de “de 10.000ha e mais”.

Em Conquista D'Oeste, observou-se entre as duas pesquisas a retração em ambas as variáveis, mas com forte destaque à área dos estabelecimentos, que recuou cerca de 50%. O destaque para o município é que 3 estabelecimentos abrangem mais da metade da área total dos estabelecimentos agropecuários conquistenses d'oeste.

Quanto ao município de Vila Bela da Santíssima Trindade, no geral, foi percebida a ampliação do número total de estabelecimentos, passando de 1.334 para 1.521, e diminuição da área abrangida por eles, regredindo de 1.241.735 hectares para 1.023.684. Nele também foi registrada redução, na ordem de cerca de 25%, da área total ocupada pelo grupo “De 2.500 ha e mais” (incluído aí “De 10.000 ha e mais”). Mas, destaca-se negativamente para a sociedade vilabelense que, no grupo “De 10.000 ha e mais”, apenas 30 estabelecimentos agropecuários detêm quase a metade da área total dos mesmos.

A respeito de Nova Lacerda, registrou-se ampliação considerável do número total de estabelecimentos, passando de 378 para 659, ou seja, acréscimo de cerca de 75%, mas com diminuição da área abrangida por eles. Observou-se redução para a área total ocupada pelo grupo “De 2.500 ha e mais” (incluído aí “De 10.000 ha e mais”). Mas, por outro lado, destaca-



se desfavoravelmente para os novo-lacerdenses, que no grupo “De 10.000 ha e mais” somente 8 estabelecimentos agropecuários concentra quase a metade da sua área total.

Acerca do município de Pontes e Lacerda, a dinâmica percebida entre os dois censos, diferentemente dos demais municípios analisados, nas duas variáveis em tela, ocorreu aumento. Passou de 1.241 estabelecimentos para 1.302 e, no que diz respeito à área compreendida por eles, de 559.502 hectares para 636.328. Observou-se a expansão da área total ocupada pelo grupo “De 2.500 ha e mais” (incluído aí “De 10.000 ha e mais”), de 356.383 hectares para 406.930. Adversamente também, destaca-se entre os lacerdenses que no grupo “De 10.000 ha e mais” apenas 12 estabelecimentos agropecuários concentra cerca de um terço da sua área total.

Por fim, para o município de Vale de São Domingos, observou-se, assim como em Pontes e Lacerda, acréscimo nas duas variáveis debatidas, mas sendo que, nele, as alterações não foram expressivas. Por conta do vazio das informações a respeito da área total dos dois estabelecimentos do grupo “De 10.000 ha e mais”, não é possível extrair conclusão aceitável, mas, grosso modo, deve-se destacar, com base nos dados do censo de 2006, que o grupo “De 2.500 ha e mais” era composto por 6 estabelecimentos com área total de 81.305 hectares, com abrangência de cerca de 70% da área total.

O quadro geral da estrutura fundiária regional está apresentado na tabela 3. Da análise dos dados inseridos, é possível declarar que, entre os dois censos, as metamorfoses mais substanciais foram observadas nos dois extremos da tabela. De um lado, nos “Grupos de área total” de “De 0 a menos de 100 ha”, houve aumento na quantidade de estabelecimentos agropecuários e na área ocupada por eles, mas, conforme a peculiaridade deles, os resultados para o segundo elemento (área total) são inexpressivos quando observada a infraestrutura fundiária regional. Deve-se considerar que, para os atores que diretamente vivenciam a luta pelo acesso à terra, individual ou coletivamente, tal processo deve ser visto pelo prisma da abertura de oportunidades e seus respectivos correlatos. Para o grupo “De 2.500 ha e mais”, por conta da inserção do grupo “De 10.000 ha e mais” no censo agropecuário de 2017, foi observada expressiva retração nas duas variáveis.

Para facilitar a compreensão daquilo que, de fato, ocorreu, pensamos ser possível somar esses dois estratos referentes a 2017 e totalizar um total de 218 estabelecimentos agropecuários em área total de 1.853.077 hectares. Ou seja, tais dados comparados àquilo que se observou em 2006, chega-se à conclusão de que os grandes estabelecimentos (maiores que 25 módulos fiscais) regrediram num total de 10 estabelecimentos e 528.278 hectares. As perdas desses



estratos foram principalmente absorvidas nos estratos inferiores e, no quadro regional, da retração da área total dos estabelecimentos agropecuários em 354.138 hectares, de 3.063.388 em 2006 para 2.709.250 em 2017.

Tabela 3: número e área dos estabelecimentos agropecuários do Alto Guaporé – 2006- 2017

Grupos de área total	Número de estabelecimentos		Área (ha)	
	2006	2017	2006	2017
De 0 a menos de 100 ha	3491	3779	123.042	135.511
De 100 a menos de 200 ha	476	547	63.627	71.899
De 200 a menos de 500 ha	322	405	103.214	125.041
De 500 a menos de 1.000 ha	168	202	119.908	149.663
De 1.000 a menos de 2.500 ha	172	207	269.825	326.715
De 2.500 ha e mais	208	149	2.381.355	750.077
De 10.000 ha e mais	*	69	*	1.103.247
Produtor sem área	26	12	0	0
Total	4.867	5.388	3.063.388	2.709.250

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 2006/2017, disponível respectivamente em: < <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/837>> e < <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6880>>. Acesso em: 09. jan. 2025. Observação: para * considerar que no Censo Agropecuário de 2006 não havia o “grupo de área total” de “de 10.000ha e mais”.

Tomando-se tais averiguações e relacionando-as com os dados da tabela 4, pensamos não ser possível relacionar o comportamento da estrutura fundiária regional frente ao processo de expansão da soja, principalmente por conta de o último levantamento ter sido realizado em 2017, o que exatamente não abarcou a amplitude do processo, que ganhou volume a partir de 2019. Considera-se que o próximo Censo Agropecuário do IBGE será central para captar possíveis mudanças na estrutura fundiária regional advindas do avanço da soja no Alto Guaporé.

Na tabela 4, observa-se grande predomínio da sojicultura realizada pela agricultura não familiar, com um total de 67 estabelecimentos agropecuários, sendo que, em apenas 5 com cultivo de soja, a configuração é de AF (1 em Nova Lacerda e 4 em Comodoro). Sobre o registro de soja praticada pela agricultura familiar em Nova Lacerda, ao longo do trabalho de campo realizado e respectiva entrevista com um participante da pesquisa, obteve-se relato de que, especificamente no PA Santa Elina, um agricultor tem feito o cultivo de soja e, na safra 2023/2024, cultivou um total de 50 hectares, com pretensão de ampliação da área cultivada.

Um elemento julgado importante e destacado na entrevista é que o agricultor parece razoavelmente capitalizado, visto que ele detém a maquinaria agrícola necessária ao acompanhamento do cultivo, requerendo somente o aluguel de colheitadeira. Pereira (2016, p. 63), em relação à prática da sojicultura em Mato Grosso, destaca que “de acordo com



entrevistas, uma unidade agrícola eficiente está baseada no modelo de produção de soja e milho que começam a partir de 2.000 hectares, o que exclui o agricultor familiar, uma solução seria a compra dos equipamentos em modelo associativista”.

Tabela 4: número de estabelecimentos e área cultivada com soja no Alto Guaporé em 2017

Município	Grupos de área total	Estabelecimentos	ANF*	Área (ha)	AF*
Comodoro	Total	33	29	65.768	
	De 200 a menos de 500 ha	5	1		
	De 500 a menos de 1.000 ha	6	6	2.842	2.842
	De 1.000 a menos de 2.500 ha	9	9	10.054	10.054
	De 2.500 a menos de 10.000 ha	5	5		
	De 10.000 ha e mais	8	8	37.872	37.872
Conquista D'Oeste	Total	4	4	5.144	5.144
	De 1.000 a menos de 2.500 ha	1	1		
	De 2.500 a menos de 10.000 ha	2	2		
	De 10.000 ha e mais	1	1		
Vila Bela da Ss. Trindade	Total	11	11	20.985	20.985
	De 500 a menos de 1.000 ha	1	1		
	De 1.000 a menos de 2.500 ha	2	2		
	De 2.500 a menos de 10.000 ha	3	3		
	De 10.000 ha e mais	5	5	12.882	12.882
Nova Lacerda	Total	11	10	20.210	
	De 20 a menos de 50 ha	1			
	De 1.000 a menos de 2.500 ha	5	5	2.108	2.108
	De 2.500 a menos de 10.000 ha	3	3		
	De 10.000 ha e mais	2	2		
Pontes e Lacerda	Total	11	11	17.843	17.843
	De 200 a menos de 500 ha	1	1		
	De 500 a menos de 1.000 ha	1	1		
	De 1.000 a menos de 2.500 ha	5	5	4.245	4.245
	De 2.500 a menos de 10.000 ha	4	4		
Vale de São Domingos	Total	2	2		
	De 2.500 a menos de 10.000 ha	1	1		
	De 10.000 ha e mais	1	1		
Total	-	72	67		*

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 2017, disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6959>>.

Observação: *ANF = Agricultura não familiar e AF = Agricultura familiar. Acesso em: 09. jan. 2025.

Considerando os apontamentos do autor com aquilo que se coletou *in locu*, pode-se levantar duas projeções para aquele caso específico: ou o agricultor, considerando que ele se insira eficientemente ao longo das próximas safras, ampliará a sua produção por meio da aquisição e arrendamento de novas áreas, no PA Santa Elina ou nas proximidades, ou, o mesmo será absorvido ao longo do processo, visto que a concentração de terras na atividade, como já registrado em outros municípios mato-grossenses, é bastante comum. Conforme o IBGE



(2017b), foi verificado pelo Censo Agropecuário que, dos 394.447 hectares colhidos em 78 estabelecimentos agropecuários, apenas 14 deles colheram um total de 282.476 hectares, ou seja, aproximadamente 75% de toda a área colhida.

Ao traçar um quadro comparativo entre AF e ANF na sojicultura, de forma multiescalar, tendo como elementos o estado do Rio Grande do Sul, com forte predomínio de AF, o estado de Mato Grosso, com predomínio de ANF e trazendo à luz a situação do Alto Guaporé, concluiu-se que o “modelos de sojicultura” mato-grossense e guaporeano forjaram-se intensamente patrimonialista-latifundiaristas. Vejamos: no Rio Grande do Sul, são 95.482 estabelecimentos agropecuários com cultivo de soja, sendo 19.455 em ANF e 76.027 em AF (cerca de 80% em AF), em Mato Grosso são, respectivamente, 7.097 total, 4.789 ANF e 2.308 AF (cerca de 67% em ANF) e no Alto Guaporé, respectivamente, 72 total, 67 ANF e 5 AF (cerca de 93% em ANF). Somente para constatação, sem possibilidade de profundidade na análise, em relação ao “Grupo de área total” “De 10.000 ha e mais”, no Rio Grande do Sul têm-se 12 estabelecimentos agropecuários com cultivo de soja, em Mato Grosso 360 e no Alto Guaporé 17 (IBGE, 2017b).

Sobre os dados da tabela 4, acrescenta-se ainda que, por questões metodológicas da pesquisa do IBGE, não é possível estratificar todos os estabelecimentos, relacionando “Grupos de área total” e suas respectivas áreas, acarretando um “vazio” na apreciação dos dados. No município de Comodoro, os 4 estabelecimentos que compõem a agricultura familiar fazem parte do “Grupo de área total” “De 200 a menos de 500 ha”. Ou seja, considerando-se que um dos critérios para classificação da AF, conforme Brasil (2006), é “possuir, a qualquer título, área de até quatro módulos fiscais” e o módulo fiscal vigente em Comodoro é de 100 hectares (INCRA, 2020), leva-nos a concluir que tais estabelecimentos possuem mais que 250 hectares e menos que 400 hectares, mas, pela vagueza apontada acima, não é possível apontar exatamente suas áreas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, considera-se que, tomando-se tais averiguações e relacionando-as com os dados do censo agropecuário de 2017, pensa-se não ser possível relacionar o comportamento da estrutura fundiária regional frente ao processo de expansão da soja, principalmente por conta de o último levantamento ter sido realizado em 2017, o que exatamente não abarcou a amplitude do processo, que ganhou volume a partir de 2019.



Julga-se que o próximo Censo Agropecuário do IBGE será central para captar possíveis mudanças na estrutura fundiária regional advindas do avanço da soja no Alto Guaporé. Além do censo agropecuário, o desenvolvimento de pesquisas científicas também será salutar para não somente capturar a configuração da estrutura fundiária/agrária, outrossim, investigar novos arranjos socioeconômicos, conflitualidades e atualização do território guaporeano.

Palavras-chave: Soja; Uso da terra; Estrutura fundiária; Uso do território.

REFERÊNCIAS

- BARROZO, J. C.. Políticas de colonização: as políticas públicas para a Amazônia e o Centro-Oeste. In: _____. (Org.). **Mato Grosso: do sonho à utopia da terra**. Cuiabá: EdUFMT/Carlini e Caniato Editorial, 2008. p. 15-26.
- BORGES, F. T. M.. **Do extrativismo à pecuária: algumas observações sobre a história econômica de Mato Grosso 1870 a 1930**. Cuiabá: Gráfica Genus, 1991.
- BRASIL. **Lei Nº. 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Publicada em 25 de julho de 2006. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm>. Acesso em: 24. jan. 2025.
- CORRÊA FILHO, V.. **Pantaneais Mato-grossenses (devassamento e ocupação)**. Rio de Janeiro: CNG; IBGE, 1946.
- FARIAS FILHO, M. C.; ARRUDA FILHO, E. J. M. **Planejamento da pesquisa científica**. São Paulo: Atlas, 2013.
- FERNANDES, B. M.. Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, A. M.. (Org.). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2005. p. 173-230.
- FERREIRA, E. C.. **Posse e propriedade: a luta pela terra em Mato Grosso**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 1984.
- Gil, A. C.. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GOMES MOREIRA, J.; CONTERATO, M. A.; MATTE, A.. Transformações produtivas no Pampa brasileiro: influências do avanço da soja na bovinocultura de corte. **Revista Campo-Território**, v. 14, n. 33, 2019. DOI: 10.14393/RCT143308. Disponível em: <<https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/49178>>. Acesso em: 12. jan. 2025.
- GRAZIANO DA SILVA, J.. **O que é questão agrária**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- GUIMARÃES, Alberto Passo. O complexo agroindustrial. **Revista Reforma Agrária**, ano 7, n. 6, nov./dez. 1977.



GUIMARÃES, E.; LEME, Heládio J. C.. Caracterização histórica e configuração espacial da estrutura produtiva do Centro-Oeste. In: HOGAN, D. J. *et al* (Orgs). **Migração e meio ambiente no Centro-Oeste**. Campinas/SP: Núcleo de Estudos de População/UNICAMP: PRONEX, 2002.

IBGE. (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Censo Agropecuário 2006** (segunda apuração). Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2006/segunda-apuracao>>. Acesso em: 21. dez.2024.

_____. (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Censo Agropecuário 2017**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6959>>. Acesso em: 27. jan.2025.

_____. (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Censo Agropecuário 2017** (resultados definitivos). Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017/resultados-definitivos>>. Acesso em: 20. dez.2024.

INCRA. (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). **Governança Fundiária** (módulo fiscal). Publicado em 28 de janeiro de 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/modulo-fiscal>>. Acesso em: 24. jan. 2025.

LEITE, J. C.. Posse e conflito pela posse da terra em Jauru-MT: 1980-1990. In: BARROZO, J. C.. (Org.). **Mato Grosso: do sonho à utopia da terra**. Cuiabá: EdUFMT/Carlini e Caniato Editorial, 2008. p. 231-258.

MARTINS, J. S.. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1981.

MARTINS, O. B.; PASSOS, M. M.. Vale do Guaporé: conflitos pelo espaço. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, v. 1, n. 11-12, p. 53-60, 1989. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/6320>>.

MELLO, A. L. M. S.. A ocupação de terras em Jauru-MT: a gleba Mirassolzinho. In: BARROZO, J. C.. (Org.). **Mato Grosso: do sonho à utopia da terra**. Cuiabá: EdUFMT/Carlini e Caniato Editorial, 2008. p. 315-335.

PEREIRA, P. R. F.. **Novos e velhos atores na soja no Centro-Oeste e no Norte do Brasil**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

PRADO JÚNIOR, C.. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

PUHL, J. I.. Memórias da luta pela terra em relatos orais. In: BARROZO, J. C.. (Org.). **Mato Grosso: do sonho à utopia da terra**. Cuiabá: EdUFMT/Carlini e Caniato Editorial, 2008. p. 297-314.

SILVA, L. R.. **A natureza contraditória do espaço geográfico**. 2. ed., São. Paulo: Contexto, 2001.